

consequência, a resposta diminuirá de frequência e, até mesmo, poderá deixar de ser emitida.

- D) A extinção é um procedimento importante que envolve a conseqüenciação de uma resposta quando há apresentação de um estímulo aversivo ou remoção de um reforçador positivo presente.
- E) A esquiva é um processo no qual os estímulos aversivos condicionados e incondicionados estão separados por um intervalo de tempo apreciável, permitindo que o indivíduo execute um comportamento que previna a ocorrência ou reduza a magnitude do segundo estímulo.
49. Dentre as modalidades abaixo, indique qual registro de informações produzido pelo psicólogo no exercício profissional não se classifica como documento psicológico:
- A) Declaração.
B) Atestado Psicológico.
C) Relatório Psicológico.
D) Prontuário.
E) Laudo Psicológico.
50. Segundo Assis e Avanci *apud* Azevedo e Guerra (2005), a respeito da violência familiar, os adolescentes que sofreram maus-tratos familiares quando crianças tem uma forte tendência a:
- A) Vivenciar menos agressões na comunidade, o fenômeno não se repete, estas crianças naturalmente tendem a frequentar ambientes desfavoráveis à violência.
B) Seguem mais as normas sociais, fechando um círculo de relacionamentos positivos.
C) Possuir autoestima mais elevada, decorrente, além da própria violência, da depreciação, da percepção de exclusão.
D) Ter uma representação de si mais depreciativa, que acentua na redução de autoestima aumentando ainda mais o fosso que os separam da "sociedade de bem".
E) Quando vivenciam violência psicológica, têm maior capacidade de resiliência, isto é, de seguir em frente a despeito das adversidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS

PSICOLOGIA

Informações Gerais

- Este caderno é composto de DOZE PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, **azul ou preta**.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.

QUESTÕES DE REDAÇÃO OFICIAL E GRAMÁTICA

- É um documento elaborado para registrar os acontecimentos e/ou as decisões em uma sessão, assembleia ou reunião, a fim de evitar narrativas ou relatos infidedignos sobre o evento registrado:
 - Ata.
 - Ofício.
 - Memorando.
 - Normativa.
 - Portaria.
- Sobre as condições impostas ao processo de modernização da linguagem na redação oficial, como forma de facilitar a comunicação nela veiculada, é **CORRETO** afirmar que:
 - O texto oficial deve primar pela simplicidade, mas evitar a pobreza de expressão.
 - O ofício é, agora, utilizado também em substituição à portaria, objetivando uniformizar e facilitar a redação oficial.
 - A logomarca da instituição e o brasão de armas da república devem sempre constar no cabeçalho do ofício, a fim de imprimir caráter oficial do documento.
 - O vocativo deixou de ser obrigatório no padrão ofício, para que a comunicação seja mais rápida e direta.
 - Deve-se manter uma linguagem impessoal e burocrática na comunicação oficial, obedecendo-se aos princípios da administração pública.
- De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a identificação do expediente no padrão ofício fica localizada:
 - No lado esquerdo da página.
 - No lado direito da página.
 - No centro superior da página.
 - No centro inferior da página.
 - No lado direito ou esquerdo da página, tanto faz.
- Nas correspondências oficiais, o fecho de cortesia, é expresso pelos advérbios:
 - Respeitosamente; Agradecidamente; Polidamente.
 - Encarecidamente; Atenciosamente; Ternamente.
 - Cordialmente; Encarecidamente; Agradecidamente.
 - Atenciosamente; Respeitosamente; Encarecidamente.
 - Atenciosamente; Respeitosamente.

“Quando as pessoas se impõe, reivindicam seus direitos, cumprem seus deveres e não se submetem à deriva dos ditadores, têm mais chance de ser respeitadas e socialmente felizes.”

Com base no parágrafo acima, responda às questões 05, 06 e 07 a seguir:

- Com relação ao verbo *impor*:
 - Está grafado no tempo correto e com flexão de número correta.
 - A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é *impõem*.
 - A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é *imporem*.

- O verbo impor não comporta semanticamente no contexto do parágrafo.
- O verbo impor é antônimo do verbo *expor*.

- Quanto à grafia do verbo ter:
 - Atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - Não atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - A forma correta de grafar o verbo no contexto do parágrafo é *teem*.
 - A grafia da flexão verbal de ter segue a mesma dos verbos *dar* e *ver*, devendo ser alterada.
 - A substituição de *têm* por *possuem* no parágrafo acima, mudaria completamente o sentido do texto.
- O termo “*respeitadas*”, presente no parágrafo:
 - Está no plural porque combina com felizes.
 - Deveria estar no singular porque é um advérbio.
 - Está no plural porque combina com o substantivo ‘pessoas’.
 - Não tem a mesma função sintática do termo ‘*felizes*’.
 - Tem a mesma função sintática do termo ‘*chance*’.

Considere o seguinte texto, para responder às questões 08, 09 e 10, abaixo:

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.” (Coríntios 13:1)

- No contexto acima, a expressão ‘*ainda que*’ introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, expressando ideia de:
 - Oposição.
 - Restrição.
 - Não pode ser substituída pela locução conjuncional ‘*mesmo que*’.
 - Não pode ser substituída pela conjunção ‘*embora*’.
 - A locução destacada é, na verdade, adversativa.
- Na oração “... e não tivesse amor...”, o termo grifado, pode ser substituído por conservando seu teor semântico:
 - Mais.
 - Mas.
 - Jamais.
 - Por mais que.
 - Embora.

- No trecho acima, o advérbio ‘*como*’ **NÃO** pode ser substituído por:
 - Igual a.
 - Equivalente a.
 - Tal qual.
 - Apenas um.
 - Tanto quanto.

- pedido da família ou do usuário.
- Trata-se de internação involuntária, aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
- Trata-se de internação compulsória, aquela que é determinada pela Justiça.
- Trata-se de internação involuntária, aquela que se dá sem o consentimento do usuário e determinada pela justiça.
- Trata-se de internação compulsória por falha de tratamento extra-hospitalar.

42. A Lei nº 10.216/2001 de proteção ao idoso institui a obrigação do Estado e da sociedade de garantir à pessoa idosa que todos os seus direitos sejam respeitados. Sobre essa lei é possível afirmar:

- Em caso de impossibilidade econômica da pessoa idosa prover o seu sustento, é dever da família e da sociedade civil prestar essa assistência.
- É dever exclusivo do Estado zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- Idosos com idade igual ou maior do que 80 anos não têm preferência sobre os demais idosos que ainda não completaram 80 anos.
- As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis somente quando os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão do Estado.
- Considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

43. Freud atribuiu à sexualidade e ao desenvolvimento desta a forma como os indivíduos lidam com os estímulos internos e externos. Correlacione as fases (ou estágios) do Desenvolvimento Psicossocial de acordo como período de vida:

- | | |
|--------------|----------------|
| I. Anal | () 6-12 anos |
| II. Oral | () 3 – 5 anos |
| III. Fálico | () 1 – 3 anos |
| IV. Latência | () 2 – 4 anos |
| V. Genital | () <18 meses |

- IV, III, I, V, II
- I, II, V, III, IV
- V, IV, III, I, II
- IV, V, I, III, II
- IV, III, II, V, I

44. O registro documental, além de valioso para o psicólogo e para quem recebe atendimento, e para as instituições envolvidas, é também instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa, ao ensino, como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e a defesa legal. Esses documentos agrupados nos registros do trabalho realizado devem contemplar, **EXCETO:**

- Identificação do usuário e instituição.
- Avaliação de demanda e definição de objetivos do trabalho.
- Registro da evolução do trabalho, de modo a permitir o conhecimento do mesmo e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnicos-científicos adotados.
- Cópias de outros documentos produzidos pelo psicólogo para usuário/instituição do serviço de psicologia

- prestado deverão ser arquivadas, além do registro da data de emissão, finalidade e destinatário.
- Documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo da equipe interdisciplinar.

45. As três principais tendências teóricas da Psicologia do século XX, segundo Bock, em seu livro “*Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*” (2002), são:

- Estruturalismo, Funcionalismo e Associacionismo.
- Behaviorismo, Gestalt e Psicanálise.
- Behaviorismo, Estruturalismo e Associacionismo.
- Gestalt, Behaviorismo e Funcionalismo.
- Psicanálise, Estruturalismo e Behaviorismo.

46. Na Psicanálise para referir-se aos três sistemas de personalidade, Freud (1856-1939) remodela sua primeira teoria do aparelho psíquico e introduz os conceitos de id, ego e superego. Em sua Teoria, o EGO:

- Constitui o reservatório de energia psíquica, é onde se localizam as pulsões: a de vida e a de morte. É regido pelo princípio do prazer.
- Origina-se com o complexo de Édipo, a partir da internalização das proibições, dos limites e da autoridade. Refere-se a exigências sociais e culturais.
- É o sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências das pulsões, as exigências da realidade e às ordens da autoridade. É regido pelo princípio da realidade que, com o princípio do prazer, rege o funcionamento psíquico. É um regulador e tem como funções básicas a percepção, memória, sentimento, pensamento.
- É constituído por conteúdos reprimidos, que não têm acesso aos sistemas pré-consciente e consciente pela ação de censuras internas, e atemporal, não existem as noções de passado e presente.
- Refere-se ao sistema onde permanecem aqueles conteúdos acessíveis à consciência. É aquilo que não está na consciência neste momento e no momento seguinte pode estar.

47. O livro “*Psicologias*” (Bock,2002), descreve a teoria da psicologia que tem seu berço na Europa, surge como uma negação da fragmentação das ações e dos processos humanos realizada pelas tendências da psicologia científica do século XIX, postulando a necessidade de se compreender o homem como uma totalidade, como sendo:

- Psicanálise.
- Behaviorismo.
- Gestalt.
- Cognitivo Comportamental
- Humanista

48. No Behaviorismo, o homem começa a ser estudado a partir de sua interação com o ambiente, sendo tomado como produto e produtor dessas interações. Na teoria de Skinner (1945):

- O reforço positivo é todo evento que aumenta a probabilidade futura da resposta que o remove ou atenua.
- O reforço negativo é todo evento que aumenta a probabilidade da resposta que o produz.
- A punição é um procedimento no qual uma resposta deixa abruptamente de ser reforçada. Como

- B) A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento, enquanto que a internação involuntária dar-se-á por ordem do juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.
- C) Nas situações de evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento, os familiares serão comunicados pela autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de quarenta e oito horas da data da ocorrência, a fim de que a direção do estabelecimento de saúde mental possa iniciar os procedimentos de saúde necessários para a compreensão dos fatores associados à doença mental.
- D) Na internação voluntária, aquela que se dá com o consentimento do usuário, ainda necessita da autorização de alguém da família, porque a pessoa que tem o transtorno mental não possui suas faculdades mentais estáveis para tomar este tipo de decisão. Por isso que, independentemente do transtorno que a pessoa possua, é imprescindível que tenha alguém, de preferência, da família que desenvolva suas responsabilidades decisórias, bem como assuma por crimes que vierem a ser cometidos pela pessoa com deficiência.
- E) São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e, internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

38. Conforme o DSM-5, os transtornos de ansiedade por provocarem desconforto intenso, podem ser capazes de prejudicarem aspectos como sono, alimentação, interação social e desempenho laboral. Devido à pandemia vivida pelo risco de contaminação da COVID-19, os transtornos de ansiedade figuram, atualmente, com elevados índices de prevalência entre os brasileiros.

Pode-se afirmar que os critérios diagnósticos previstos no DSM- 5 para _____ podem ser: medo ou ansiedade acentuados acerca de uma ou mais situações sociais em que o indivíduo é exposto a possível avaliação por outras pessoas; temer agir de forma a demonstrar sintomas de ansiedade que serão avaliados negativamente; evitar ou suportar com intenso medo ou ansiedade as situações sociais; e, ter medo ou ansiedade de modo desproporcional à ameaça real apresentada pela situação social e o contexto sociocultural.

- A) Fobia Específica.
- B) Transtorno de Ansiedade Social.
- C) Transtorno de Ansiedade de Separação.
- D) Transtorno de Pânico.
- E) Agorafobia.

39. O Transtorno Depressivo Persistente ou Distímia é caracterizado por humor deprimido na maior parte do dia, na maioria dos dias, indicado por relato subjetivo ou por observação feita por outras pessoas, pelo período mínimo de dois anos. Em casos da presença em crianças e adolescentes, o humor pode ser irritável, com duração mínima de um ano. Além disso, houve um episódio maníaco ou um episódio hipomaniaco e jamais foram satisfeitos os critérios para

transtorno ciclotímico e a perturbação não é mais bem explicada por um transtorno esquizoafetivo persistente, esquizofrenia, transtorno delirante, outro transtorno do espectro da esquizofrenia e outro transtorno psicótico especificado ou transtorno do espectro da esquizofrenia e outro transtorno psicótico não especificado. Portanto, ainda deve ser considerada a presença, enquanto deprimido, de duas (ou mais) das seguintes características:

- A) Baixa energia ou fadiga e vontade de agredir as pessoas que proporcionem contrariedades.
- B) Apetite diminuído ou alimentação em excesso e insônia ou hipersonia.
- C) Fazer muitas tarefas ao mesmo tempo, sem concluir nenhuma, e concentração pobre ou dificuldade em tomar decisões.
- D) Elevada auto estima e sentimentos de desesperança por ninguém ser tão perfeito quando pensa a si mesma
- E) Alimentação em excesso e medo de que algo ruim possa acontecer se não estiver consumido uma grande quantidade de comida.

40. Considerando o disposto na alínea h, do artigo 2º, da resolução CFP 010/2005, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo, ao afirmar ser vedado ao profissional da psicologia, interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas. Além do Código de Ética Profissional, a resolução CFP 09/2018 estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo. O *caput*, do artigo 6º, da referida resolução, lista os requisitos mínimos obrigatórios dos testes psicológicos, para serem reconhecidos para uso profissional de psicólogas e psicólogos, devendo possuir consistência técnico-científica e atender as seguintes condições:

- A) Apresentação de evidências empíricas de validade e estimativas de precisão das interpretações para os resultados do teste, caracterizando os procedimentos e os critérios adotados na investigação.
- B) Disponibilizar a versão anterior do referido instrumento, sabendo que a cada 15 anos o instrumento passa por processo de validação das tabelas normativas.
- C) Apresentar os termos de consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa mais recente que o instrumento foi submetido.
- D) Descrever as etapas que sensibilizaram os autores do instrumento para que o mesmo fosse elaborado, bem como planilha de custos necessários para a sua concretização.
- E) No manual do instrumento é necessário constar a aprovação em mais de um sistema de avaliação científica, sendo um nacional e outro internacional.

41. Sobre aspectos legais de proteção à pessoa com transtorno mental considere a seguinte situação: “Paciente de 45 anos, portador de Esquizofrenia paranóide, é internado em hospital psiquiátrico por força de decisão judicial a pedido da família, que alega não ter como lidar com a periculosidade do paciente, não ter como dar medicação ou levá-lo para Centro de Atenção psicossocial rotineiramente”.

Assinale a alternativa que traz **CORRETA** e, respectivamente, as modalidades de citação que estão adequadas à situação mencionada, nos termos da Lei nº 10.216/2001:

- A) Trata-se de internação voluntária, aquela que se dá a

QUESTÕES ESPECÍFICAS

11. O Behaviorismo, a Gestalt e a Psicanálise são considerados por inúmeros autores as três mais importantes tendências teóricas da Psicologia no século XX. Seguindo cada uma das abordagens, assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** os aspectos conceituais relacionados:

- A) O pré-consciente, elemento da personalidade, segundo preconizou a abordagem da Gestalt, é constituído por conteúdos reprimidos que não são acessíveis ao consciente pelas ações de censuras internas.
- B) A Psicanálise, enquanto método de investigação, caracteriza-se pelo método introspectivo, que busca o significado oculto daquilo que é manifesto por meio de ações e palavras ou pelas produções imaginárias.
- C) A base do Behaviorismo está na formulação do conceito de comportamento respondente, representado pelo padrão S-R, sendo, até os dias atuais, a representação do funcionamento da subjetividade, baseando-se no condicionamento operante.
- D) A Gestalt, que tem seu berço nos Estados Unidos, dedica-se ao estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente, a partir da análise de fatos de vidas passadas e procura compreender o homem como elemento passivo desta interação.
- E) O modo como as três abordagens constroem suas perspectivas acerca da visão de homem, de mundo e das relações com os pares é exatamente igual, modificando apenas as técnicas que cada uma elaborou sendo exclusivas daqueles que seguem suas orientações teóricas.

12. Segundo a Resolução CFP 08/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, é **CORRETO** afirmar sobre a atuação profissional, seja na função de perito, assistente técnico ou psicoterapeuta das partes:

- A) O psicólogo assistente técnico, como o próprio nome sugere, desenvolve suas práticas como assistente do perito.
- B) O trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas, mesmo não reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, a fim de atender aos quesitos a serem periciados.
- C) Ao psicólogo que atuar, seja como perito, assistente técnico ou psicoterapeuta das partes é vedado interferir nas atividades previstas a cada um, sendo ainda proibida a produção de documentos pelo psicoterapeuta das partes com a finalidade de fornecer informações à instância judicial acerca das pessoas atendidas, sem o consentimento formal destas últimas.
- D) O psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio deve fornecer periodicamente relatório psicológico ao perito para subsidiar as respostas aos quesitos que surgirem ao longo do processo jurídico.
- E) A realização da perícia exige espaço físico apropriado que zele pela privacidade da pessoa atendida, bem como o uso de materiais sigilosos, e, portanto, impossibilita a atuação de equipe multiprofissional.

13. No contexto jurídico, a participação do profissional da psicologia vem sendo solicitada na condição de parecer

opinativo técnico acerca de uma questão-problema, bem como seus desdobramentos. Para tanto, o Conselho Federal de Psicologia normatizou a prática do perito no contexto judiciário, por meio da resolução CFP 017/2012. Com base nesta, avalie as afirmativas abaixo como verdadeiras ou falsas e assinale a alternativa que dispõe a ordem **CORRETA** das avaliações:

() O psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional, desde que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas.

() O trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pela ciência psicológica, garantindo como princípio fundamental o bem-estar de todos os sujeitos envolvidos.

() O periciado, seja criança, adolescente, interdito ou adulto, deve dispor-se integralmente ao profissional da psicologia, durante a realização da perícia, porque, a qualquer tempo, este solicitará sua participação junto a avaliação psicológica, a fim de que o elemento surpresa seja garantido, para atender a veracidade das informações.

() A atuação do psicólogo como perito consiste em uma avaliação direcionada a responder demandas específicas, originada no contexto pericial.

() Quando o juiz cita um profissional para assumir a função de perito jurídico, este tem a obrigação de aceitar e dar conta em responder a todos os quesitos, porque está subordinado à hierarquia processante.

() O Psicólogo Perito deve fazer uso de qualquer tipo de intervenção durante a avaliação que possa atender ao que foi solicitado, mesmo que possa constranger o periciado durante o atendimento.

- A) V V F V V F.
- B) F F V F F V.
- C) F F F V V V.
- D) V V F V F F.
- E) V F V F V F.

14. “Apesar das melhorias obtidas nesse campo dos direitos em relação à proteção das crianças e adolescentes, a violência perpetrada contra esses indivíduos continua ocorrendo frequentemente, sobretudo a violência de caráter sexual, sendo praticada geralmente no próprio âmbito intrafamiliar.” (AZEVEDO; AMORIM-GALDÊNCIO, 2019, p.85)

Considerando as tentativas de reduzir os comprometimentos deixados pelos dispositivos legais, no tocante a garantir mais proteção e exercício de cidadania às crianças e adolescentes, analise as afirmativas abaixo e assinale a **VERDADEIRA**:

- A) Até o final do século XVIII, a infância é considerada como uma etapa peculiar no desenvolvimento humano e apenas em meados do século XIX é que, após vários casos de violência contra crianças e adolescentes, datam a elaboração de leis que procuram protegê-las de modo mais especificado.
- B) A primeira Constituição Federal do Brasil, homologada em 1988, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, marcam o início da intenção legal de garantir proteção àquelas crianças que sofreram algum tipo de violência, atribuindo à família a responsabilidade do cuidado e ao Estado, a competência julgadora.
- C) O abuso sexual infantil passa a ser tipificado como crime

em 1999, por meio da avaliação da Organização Mundial de Saúde, em decorrência das consequências geradas depois de inúmeros casos de violência sexual. Nestes casos, caberia à família a obrigação de encaminhar para serviços multiprofissionais, os quais cuidariam da saúde de modo integral, porém com destaque para as lesões físicas e emocionais.

- D) O depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de qualquer ato de violência iniciou sendo tomado de modo distinto ao realizado com os adultos, na presença do juiz, promotores, advogados e do réu, pois a família estaria acompanhando em todos os momentos, inclusive, dentro da sala de depoimentos.
- E) A prática da escuta de crianças e adolescentes, por ser realizada pelos ordenadores do direito, não exige a habilidade na condução dos quesitos exigindo reflexão constante no que se refere aos procedimentos, ambiente e estratégia que, de fato, garantissem os direitos daquelas, pois estavam sendo consideradas como "objeto" de produção de prova, com vistas à responsabilização do agressor.

15. A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, em seu título II e capítulo II, mais especificamente no artigo 7º, define cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Este artigo, uma de suas alíneas sofreu alteração na redação, conforme a Lei nº 13.772/2018, a fim de prestar esclarecimentos ou detalhamentos, acerca da caracterização das formas de violência.

Acerca da caracterização de cada uma destas formas de violência, associe a primeira com a segunda coluna e assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

(1) Violência Sexual	() entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
(2) Violência Moral	() entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
(3) Violência Física	() entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
(4) Violência Patrimonial	() entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
(5) Violência Psicológica	() entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

- A) (1) (3) (5) (2) (4)
- B) (2) (4) (5) (3) (1)
- C) (4) (3) (1) (5) (2)
- D) (2) (1) (3) (2) (5)
- E) (4) (1) (3) (5) (2)

16. A resolução CFP 09/2018, em seu artigo 2º, relata que, durante a realização de uma avaliação psicológica, a psicóloga e o psicólogo devem basear sua decisão, obrigatoriamente, em fontes fundamentais de informação e fontes complementares de informação. Sobre a descrição de cada uma dessas fontes, a resolução explicita:

I – Fontes fundamentais:

- a) Testes psicológicos aprovados pelo CFP para uso profissional da psicóloga e do psicólogo e/ou.
- b) Entrevistas psicológicas, anamnese e/ou.
- c) Protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo grupal e/ou técnicas de grupo.

II - Fontes complementares:

- a) Técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão.
- b) Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais.

Considerando o exposto acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) São exemplos de fontes fundamentais: Entrevista inicial semi-estruturada, instrumentos privativos do psicólogo, roteiro de observação comportamental durante dinâmica de grupo e laudo psiquiátrico decorrente da súmula psicopatológica.
- B) São exemplos de fontes fundamentais: Entrevista inicial semi-estruturada e os instrumentos privativos do psicólogo.
- C) São exemplos de fontes complementares: Entrevista inicial semi-estruturada, registro de observação de comportamento estereotipado e instrumento não privativo do psicólogo.
- D) São exemplos de fontes complementares: os pareceres médicos do psiquiatra e do cardiologista, atividades do livro "A mente vencendo o humor" e instrumento privativo do psicólogo.
- E) São exemplos de fontes complementares: Entrevista inicial semi-estruturada e os instrumentos privativos do psicólogo.

17. A resolução CFP 010/2005, a qual institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo, em sua apresentação, descreve os princípios fundamentais que norteiam todos os artigos regulamentadores do referido ato oficial. Continuando, o documento inicia seus artigos listando os deveres fundamentais do psicólogo, seguindo pelas vedações. Sobre os deveres e as vedações é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Diante da vedação do profissional de induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais, a mesma se atribui ao contexto da avaliação psicológica.

por prazo indeterminado, em local público ou privado, da pessoa idosa que requeira cuidados biopsicossociais sistematizados.

- B) A finalidade primordial da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- C) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- D) O programa de residência temporária visa à internação, por prazo indeterminado, em local público ou privado, da pessoa idosa que requeira cuidados biopsicossociais sistematizados.
- E) A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

35. Diante do acelerado processo de envelhecimento da sociedade brasileira, fato que sensibilizou para a consolidação do Estatuto do Idoso, tem acontecido em meio a sérias dificuldades de expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários, em particular para os idosos. No que se refere às medidas de proteção e manutenção das garantias frente a violações dos direitos da pessoa idosa, é **CORRETO** afirmar:

- A) Além do Poder Público poder criar varas especializadas e exclusivas de atenção ao idoso, também é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.
- B) Pode-se afirmar que uma das competências do Ministério Público à pessoa idosa é zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais cabíveis, não sendo possível estender às consideradas extrajudiciais.
- C) Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao órgão que tais agentes públicos mantêm vínculo empregatício para que sofram Processo Disciplinar Administrativo.
- D) Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade, não se configura em ação delituosa, considerando que a pessoa idosa não pode mais exercer tais tarefas de maneira autônoma, sendo necessária, a citação de alguém que se responsabilize pelas finanças pessoais.
- E) Quando um familiar se apropria de imóveis, desvia bens não duráveis de idoso para que gere renda, a fim de mantê-lo em um abrigo, e, desta forma, nega o acolhimento ou a permanência do idoso na residência deste familiar, cabe ao Estado prover abrigo, alimentação e assistência à saúde ao idoso em questão, porque não é obrigação da família prover tais cuidados.

36. Aos 6 de abril de 2001, foi homologada a Lei nº 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. O tratamento e a convivência com a pessoa com transtornos mentais influenciam a família e a quem está diretamente relacionada, por isso, alguns direitos foram assegurados não somente à pessoa portadora de transtornos mentais, mas também a seus cuidadores. Acerca destas conquistas, podemos **AFIRMAR** ser verdade o que se diz na alternativa:

- A) São direitos da pessoa portadora de transtorno mental ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando a alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade. E devido à sua saúde mental instável, não terá culpabilidade de seus atos, mesmo que premeditadamente e intencionalmente venha a cometer qualquer delito.
- B) Ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária, e portanto, ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios possíveis, sejam estes menos invasivos ou não. O objetivo, neste caso, será permanecer o mínimo de tempo possível com a pessoa com deficiência internada para não comprometer o convívio com seus familiares.
- C) É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.
- D) O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracteriza situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da família, considerando que as autoridades sanitárias competentes e a instância a ser definida pelo Poder Executivo, não podem interferir na continuidade do tratamento, quando necessário.
- E) A pessoa com deficiência não tem direito a ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, porque a deficiência compromete o entendimento do bom uso dos meios de comunicação, bem como o reconhecimento da necessidade de manter certas informações em caráter sigiloso.

37. Segundo a Lei nº 10.216/2001, a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra hospitalares se mostrarem insuficientes. Este mesmo dispositivo legal, prevê três modalidades de internação: internação voluntária, internação involuntária, internação compulsória. Sobre estas previsões legais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, considerando que o mesmo não teria juízo crítico para avaliar os riscos ou benefícios agregados aos possíveis resultados. A realização de investigações acerca das deficiências mentais é autorizada pelos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde, a fim de que novas medidas terapêuticas sejam descobertas.

31. As síndromes psicóticas caracterizam-se por experiências como alucinações e delírios, desorganização marcante do pensamento e/ou do comportamento catatônico, sensação de estar sendo perseguido ou ameaçado, assim como alterações evidentes na vida pessoal, familiar e social. A esquizofrenia se configura na principal forma de psicose ou síndrome psicótica. Emil Kraepelin (1856-1926), Eugen Bleuler (1857-1939), Kurt Schneider (1887-1967) e Karl Jaspers (1883-1969) são alguns expoentes que dedicaram suas investigações sobre a esquizofrenia.

Atualmente, os marcadores de classificação das doenças, a CID 10 e o DSM – V define a esquizofrenia como uma anormalidade em um ou mais dos cinco aspectos a seguir: delírios; alucinações; pensamento ou discurso desorganizado; comportamento motor grosseiramente desorganizado ou anormal, incluindo catatonia; e, sintomas negativos.

Associe corretamente a anormalidade a sua descrição.

(1) Delírios	(A) são manifestações do pensamento acessadas pelo discurso caracterizado por: mudança de um tópico a outro sem conexão entre si, respostas a perguntas com relação oblíqua ou não ter relação alguma, ou ainda, gravemente desorganizado sendo quase incompreensível.
(2) Alucinações	(B) pode se manifestar de várias formas, desde aos padrões mais agitados até o inerte às influências da realidade, descrito comumente como estado de mutismo e estupor.
(3) pensamento ou discurso desorganizado	(C) é uma porção substancial da morbidade associada à esquizofrenia, como por exemplo: expressão emocional diminuída, avolia, alogia, anedonia e falta de sociabilidade.
(4) comportamento motor grosseiramente desorganizado ou anormal, incluindo catatonia	(D) são crenças fixas consideradas bizarras e claramente implausíveis e incompreensíveis por outros indivíduos da mesma cultura, podendo incluir uma variedade de temas, como por exemplo: persecutório, de referência, somático, religioso, de grandeza, dentre outros.
(5) sintomas negativos	(E) são experiências vividas e claras, com toda a força e o impacto das percepções normais, que ocorrem sem um estímulo externo.

Assinale a alternativa que lista as associações **CORRETAS**:

- A) 1 – B, 2 – A, 3 – C, 4 – E e 5 – D.
- B) 1 - D, 2 - E, 3 - A, 4 - B e 5 - C.
- C) 1 – A, 2 – C, 3 – E, 4 – D e 5 – B.
- D) 1 – C, 2 – D, 3 – B, 4 – A e 5 – E.
- E) 1 – E, 2 – B, 3 – D, 4 – C e 5 – A.

32. Carlos adotou Rodolfo, criança de 8 anos, então acolhida em instituição filantrópica voltada para crianças vítimas de violência sexual. Mesmo 10 anos depois da adoção, Rodolfo não deixou de procurar por seus pais biológicos. Quando Rodolfo completou 20 soube que teria direito de conhecê-

los desde os 18 anos de idade, bem como ao acesso irrestrito ao processo de adoção.

A partir do caso relatado acima, analise as situações descritas abaixo e assinale a opção que exige a presença da assistência psicológica:

- A) Rodolfo não poderia ser adotado porque estava abrigado em instituição de acolhimento à vítimas de violência sexual. Neste caso, quando teve acesso ao processo de adoção, identificou que Carlos não apresentou relatório psicológico favorecendo o início do rito da adoção, porque ainda estava sofrendo com os traumas de ser sexualmente abusado pelo padrasto.
- B) Rodolfo, quando tomou ciência do processo de adoção, soube que poderia ter tido acesso aos autos processuais mesmo antes de completar 18 anos, a seu pedido desde que lhe fosse assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.
- C) Rodolfo, ao ter acesso ao processo de adoção e dado início à busca de sua família natural, soube que os mesmos haviam falecido cerca de 5 anos antes e, portanto, sua adoção não se fez legal, porque não havia completado 18 anos quando os pais biológicos vieram a falecer.
- D) Quando Rodolfo teve acesso ao processo percebeu que Carlos havia percorrido todos os ritos processuais, porém, não havia orientado Rodolfo pela busca da sua família biológica assim que despertou o interesse, por volta dos 14 anos. Com isso, Rodolfo pediu a anulação do pedido da adoção, mesmo tendo atualmente 20 anos.
- E) Rodolfo solicitou acompanhamento psicológico na atualidade devido aos conflitos vividos antes do processo de adoção, sob a responsabilidade da vara da infância e da juventude.

33. De acordo com a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações subsequentes, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, no caput de seu artigo 54, que traz o seguinte texto: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:” pode-se dizer que **NÃO** se configura um dos deveres listados o assinalado no item:

- A) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- B) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- C) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- D) Quando o adolescente for trabalhador, fica obrigado o estado a garantir o acesso ao ensino noturno regular e prover as necessidades de deslocamento e alimentação do local de trabalho ao local de estudo.
- E) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

34. De acordo com a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, seguida de suas alterações subsequentes, assegura a pessoas acima de 60 anos de idade todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. **NÃO** é correto afirmar o que se trata em:

- A) O programa de residência temporária visa à internação,

- B) Quaisquer situações que envolvam a prática da escuta qualificada, destaca-se ao dever de orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho.
- C) A vedação de ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação deve ser respeitada, considerando, principalmente, quando esta é reforçada pelo dever de assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.
- D) Para a realização de acompanhamento psicológico é necessária a autorização de ambos os genitores do infante e que o sigilo não lhe pode ser garantido, considerando que os mesmos são seus responsáveis legais.
- E) Ao tempo em que o dever de ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante, ainda se faz indispensável enfatizar que o psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as receber, de preservar o sigilo.

18. Sobre a abordagem do Behaviorismo, os estudos iniciados por John B. Watson não foram suficientes para elevar a Psicologia ao patamar de ciência do comportamento. Por volta de 1924, Titchener, admite que o movimento seja incorporado à Psicologia norte-americana, resultando, mais ou menos em 1930, na aceitação do Behaviorismo como conteúdo pertinente à comunidade acadêmica científica. Considerando esta introdução histórica e que o Behaviorismo percorre três momentos evolutivos de seu amadurecimento teórico-prático, pode-se dizer que:

O primeiro estágio da evolução da escola de pensamento comportamental encontra-se no behaviorismo de Watson, o segundo estágio, denominado de neobehaviorismo, engloba os trabalhos de Tolman, Hull e Skinner, e que o terceiro estágio da evolução behaviorista, o neo-neobehaviorismo ou o sociobehaviorismo, abrange, os estudos de Bandura e Rotter.

Porque

O Behaviorismo, embora tenha vivenciado vários estágios e com isso, agregou várias outras bases de conhecimento, manteve sua raiz epistemológica que é o enfoque na observação do comportamento manifesto.

Analise as asserções abaixo e julgue o que é **CORRETO** afirmar sobre estas duas afirmativas.

- A) As duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira
- B) As duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- C) A primeira é uma afirmativa falsa e a segunda é verdadeira.
- D) A primeira é uma afirmativa verdadeira e a segunda é falsa.

E) As duas são verdadeiras e a primeira explica o que versa a segunda.

19. Trazendo um pouco da epistemologia da expressão “Gestalt”, a qual é de origem alemã e pode ser traduzida aproximadamente como, “Forma Total” ou “Forma Global”, esta abordagem afirma que a organização perceptual é espontânea e inevitável sempre que vemos ou ouvimos e que o cérebro é um sistema dinâmico, em que todos os elementos ativos interagem em determinado momento.

Analise as afirmativas a seguir sobre princípios de organização perceptual da Gestalt e assinale a opção em que as descrições estão corretas.

- I. Proximidade: Partes bem próximas umas das outras no tempo e no espaço, parecem unidas e tendem a ser percebidas juntas.
- II. Semelhança: As partes similares tendem a ser vistas juntas, formando um grupo.
- III. Continuidade: Há uma tendência da nossa percepção de interromper a direção de elementos dispostos de modo próximo e contínuo ou fluido.
- IV. Preenchimento: Há uma tendência da nossa percepção em não conseguir capturar figuras que se mostram incompletas ou com lacunas.
- V. Simplicidade: Há uma tendência de vermos os elementos presentes em determinado ambiente da forma mais simples possível.
- VI. Figura/fundo: Há uma tendência de organizar as percepções do objeto (a figura) que está sendo visto e do fundo (a base) sobre o qual ele aparece.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I, III, IV e VI.
- B) II, IV, V e VI.
- C) I, II, V e VI.
- D) III, IV, V e VI.
- E) I, II, III e IV.

20. Cordás (2004) afirma que os principais quadros psicopatológicos com predomínio de ansiedade eram, de modo geral, no passado, considerados formas de neuroses. As neuroses se caracterizavam, no plano da subjetividade, por dificuldades e conflitos intrapsíquicos e interpessoais que mantinham no indivíduo um estado contínuo de sofrimento associado a frustração, angústia, rigidez emocional e sentimentos de inadequação. Seus mecanismos básicos eram o recalque (mas também projeção, deslocamento, negação, regressão, racionalização e formação reativa), que representava a luta interna, quase sempre inconsciente, entre impulsos inaceitáveis perante um julgamento rígido e automático. Também de grande importância eram as dificuldades interpessoais do sujeito “neurótico”, o qual era marcado pela rigidez e frustração recorrente nas relações pessoais e pela insatisfação constante com o que recebia e dava aos outros. Nos sistemas diagnósticos atuais, DSM e CID, o conceito de neurose acabou sendo totalmente suprimido. Em seu lugar, entrou um número maior de transtornos, como os de ansiedade (TAG e transtorno de pânico), as fobias, os TOCs, os transtornos dissociativos, os transtornos conversivos, a hipocondria e a somatização, assim como os transtornos relacionados ao estresse e a traumas psíquicos.

Assim, o construto neurose como “princípio organizador” foi abandonado e trocado por uma variedade de transtornos específicos. (DALGALARRONDO, 2019).

De acordo com o texto acima, assinale a afirmativa que realiza uma descrição **VERDADEIRA** acerca deste grupo psicopatológico:

- A) Podem se configurar situações de ansiedade social e a fobia social: O indivíduo sentir intensa angústia ao ter de falar em público, apresentar um seminário, fazer uma palestra, chegando a apresentar dificuldade até em utilizar banheiros públicos, alimentar-se em refeitórios públicos ou assinar cheques na frente de pessoas desconhecidas.
- B) O Transtorno de estresse pós-traumático se caracteriza por lembranças ou recordações vívidas que invadem a consciência do indivíduo que passou pelo trauma, os chamados *flashbacks*. Desta forma, configuram-se em elevado nível de ansiedade desencadeado pela lembrança de eventos vividos, não sendo necessários serem ameaçadores, traumáticos e horríveis.
- C) Os quadros obsessivo-compulsivos, apesar de terem marcante componente de ansiedade, são facilmente curados porque, por conta própria, o indivíduo reconhece o caráter irracional e absurdo desses pensamentos e luta contra eles ou busca neutralizá-los com outros pensamentos ou com atos e rituais específicos.
- D) Tanto nos quadros de ansiedade generalizada como de depressão são frequentes sintomas como insônia, dificuldade em relaxar, angústia constante, irritabilidade aumentada e dificuldade em concentrar-se. São também comuns sintomas físicos como cefaleias, dores musculares, dores ou queimação no estômago, taquicardia, tontura, formigamento e sudorese fria.
- E) Durante os ataques de pânico ou crises de ansiedade é comum indivíduos relatarem sintomas como batadeira ou taquicardia, suor frio, tremores, desconforto respiratório ou sensação de asfixia, náuseas, formigamentos em membros, dedos e/ou lábios. Sendo que os sinais de desrealização e de despersonalização, quando relatados, o diagnóstico passa a ser uma psicose e não uma neurose.

21. Podemos confirmar que as afirmativas a seguir são Princípios Fundamentais que regem o Código de Ética Profissional do Psicólogo (08/2015), **EXCETO**:

- A) O psicólogo zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.
- B) O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- C) O psicólogo trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- D) O psicólogo não se submeterá às relações de poder nos contextos em que atua, visando a posicionar-se de forma sempre crítica e em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- E) O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

22. Segundo o art.1º, do Código de Ética Profissional do Psicólogo, são deveres fundamentais do psicólogo:

- I. Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.
- II. Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.
- III. Prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.
- IV. Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho.

Após análise das afirmações acima podemos concluir que:

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I, II e III estão corretas.
- C) I, II, III e IV estão corretas.
- D) Apenas I, III e IV estão corretas.
- E) Nenhuma das afirmações acima estão corretas.

23. A resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 9/2018 estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI. A respeito dessa resolução:

Art.31 - À psicóloga ou ao psicólogo na produção, validação, tradução, adaptação, normatização, comercialização e aplicação de testes psicológicos, é vedado:

- A) Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo sejam feitas conforme os princípios do código de ética.
- B) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho.
- C) Favorecer o uso de conhecimento da ciência psicológica e normatizar a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo tortura ou qualquer forma de violência.
- D) A contribuição para o desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- E) Ter para com o trabalho dos psicólogos e outros profissionais respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.

24. O artigo 13, do Código de Ética do Psicólogo, informa que no atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis:

- A) O estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.
- B) Somente questões contratuais, honorários, horários de atendimento e questão de logística, garantindo o total sigilo profissional.
- C) Um documento por escrito descrevendo todos os atendimentos realizados, oferecendo aos responsáveis informações do que acontece nos encontros

terapêuticos.

- D) Tudo o que acontece durante o atendimento para que o responsável decida qual a melhor conduta a ser adotada pelo indivíduo em atendimento, uma vez que ele não tem condições para decidir o que é melhor para si.
- E) Todas as informações solicitadas, pois, uma vez que o indivíduo não tem condições de decidir por si mesmo, pode-se quebrar o sigilo terapêutico.

25. A Lei nº 8069/1990, discorre sobre os aspectos legais de proteção à criança e ao adolescente e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) garante, **EXCETO**:

- A) A promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- B) A defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- C) O controle social da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- D) A fiscalização e garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente.
- E) A promoção dos direitos humanos da criança, do adolescente e do idoso.

26. Analise as seguintes proposições da Lei nº 10.216/2001 sobre os direitos às pessoas acometidas de transtorno mental:

- I. É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.
- II. A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- III. Pessoas acometidas de transtorno mental deverão receber somente as informações a respeito de sua doença e de seu tratamento que se julgarem necessários.

Está errado apenas o que se **AFIRMA** em:

- A) II e III
- B) III
- C) II
- D) I
- E) I, II, III

27. Faz parte da atuação do psicólogo, no âmbito jurídico, **EXCETO**:

- A) O Psicólogo jurídico oferece uma ajuda profissional na resolução de todas as possíveis questões levantadas na Vara da Família. Isso ocorre na orientação psicológica a casais antes da entrada nupcial da petição, assim como das audiências de conciliação. Ou no atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às instituições de direito, visando à preservação de sua saúde mental.
- B) Avaliar, com a aplicação de métodos e técnicas psicológicas e ou de psicometria, as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes

e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças.

- C) O Psicólogo jurídico atua na orientação a respeito dos dados psicológicos para auxiliar juristas e indivíduos que precisam desse tipo de informação, possibilitando a avaliação das características de personalidade, fornecendo subsídios ao processo judicial e contribuindo para a formulação, revisão e interpretação das leis.
- D) O psicólogo jurídico deve, na condição de examinador e perito, descrever habilidades pessoais, demandas situacionais e o seu grau de congruência, de maneira a estabelecer o último julgamento ou a conclusão final sobre a competência legal.
- E) O Psicólogo jurídico atua em programas socioeducativos, de prevenção à violência, para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco, abandonados ou infratores.

28. **NÃO** está entre as atribuições do psicólogo no âmbito jurídico:

- A) Assessorar na formulação, revisão e execução de leis.
- B) Atuar junto a organizações comunitárias, em equipe multiprofissional no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas comunitários, no âmbito da saúde, lazer, educação, trabalho e segurança.
- C) Elaborar laudos, relatórios e pareceres, colaborando não só com a ordem jurídica como com o indivíduo envolvido com a Justiça, através da avaliação das personalidades destes e fornecendo subsídios ao processo judicial, quando solicitado por uma autoridade competente, podendo utilizar-se de consulta aos processos e coletar dados que considerar necessários à elaboração do estudo psicológico.
- D) Participar da elaboração e do processo de Execução Penal e assessorar a administração dos estabelecimentos penais quanto à formulação da política penal e no treinamento de pessoal para aplicá-la.
- E) Avaliar as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças ou determinação da responsabilidade legal por atos criminosos.

29. Paciente de 45 anos apresentando insônia, perda de peso, diminuição da concentração e do interesse nas atividades habituais, anedonia e palpitações diariamente por dois meses seguidos. Segundo a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, na sua 10ª edição, esse paciente poderia ser diagnosticado como:

- A) Transtorno de Pânico.
- B) Transtorno de Ansiedade Generalizada.
- C) Esquizofrenia Paranoide.
- D) Transtorno Depressivo.
- E) Anorexia Nervosa.

30. Em psicopatologia, dizemos que **NÃO** é uma alteração de sensopercepção:

- A) Ilusão.
- B) Alucinação.
- C) Delírio.
- D) Parestesia.
- E) Anestesia.